

# Impostos dão 10 milhões por dia aos municípios



## AUTARQUIAS

# 882

milhões de imposto municipal sobre transmissões (IMT), mais 301,1 milhões do que no primeiro semestre de 2021.

# 725

milhões de euros do imposto municipal sobre imóveis (IMI), mais 17,3 milhões do que na primeira metade de 2021.

# 155

milhões arrecadados com o imposto único de circulação (IUC), um aumento de 5,3% face a 2021, mais 7,8 milhões

# 28

milhões pagos de derrama aos municípios, o que corresponde a um ligeiro aumento de 600 mil euros face a 2021

## ESTADO

### Fisco arrecada mais 5,42 mil milhões

A receita líquida fiscal da Administração Central até junho foi de 23,2 mil milhões de euros, o que representa uma subida de 30,4% face a 2021. Ao todo, são mais 5,42 mil milhões.

Imobiliário foi o principal responsável pelo valor arrecadado até junho

Carla Sofia Luz\*  
carlaluz@jn.pt

**PODER LOCAL** Em dez anos, os municípios nunca arrecadaram tanto dinheiro em impostos como na primeira metade deste ano. Entre janeiro e junho de 2022, a receita fiscal da Administração Local disparou, ultrapassando os 1,79 mil milhões de euros, sobretudo, à boleia de negócios imobiliários. Por dia, receberam, em média, 9,93 milhões de euros.

O dinamismo do mercado imobiliário e o aumento do custo da habitação estão a engordar os cofres municipais. O imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) é o principal responsável pelo crescimento da receita fiscal do poder local. A bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados lembra que, mesmo no auge da pandemia, houve um abrandamento significativo no setor imobiliário e que podem estar a ser fechados, agora, negócios que tinham ficado adiados.

De acordo com a síntese da execução orçamental de junho deste ano, publicada pela Direção-Geral do Orçamento, só o IMT valeu mais 301 milhões de euros às autarquias no primeiro semestre, o que corresponde a uma valorização de 51,8% face a igual período de 2021. A receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI) e do imposto único de circulação (IUC) também cresceu, embora de forma mais tímida. Nestes casos, os aumentos foram apenas de 2,4% e de 5,3%, respetivamente, em comparação com o ano transato. Já a derrama rendeu quase o mesmo: aumento de 600 mil euros.

### COLETA SEMPRE A SUBIR

Não é só o Estado que está a amealhar mais dinheiro com os impostos. O mesmo está a suceder com a Administração Local, sendo que este crescimen-

to tem sido consistente ao longo da última década. No entanto, nunca se registou um salto tão grande de um ano para o outro na receita fiscal das autarquias como neste primeiro semestre de 2022, apesar de haver cada vez mais municípios a baixar a taxa de IMI. Este ano, o número de câmaras a aplicar a taxa mínima de IMI foi de 180. Só nove cobraram o valor máxima.

Feitas as contas, entre janeiro e junho de 2021 (ainda foi muito marcado pela pandemia), as câmaras amealharam 1,48 mil milhões de euros, quase o mesmo que em 2019 (1,49 mil milhões). Este ano, a execução orçamental mostra um salto de 311,7 milhões, superando os

Só o IMT rendeu mais 301 milhões de euros do que em igual período de 2021

## À LUPA

### Investimento abrandou

Desde 2014 que as câmaras não investiam tanto como na primeira metade de 2021 e de 2022. Ainda assim, este ano regista-se um abrandamento ligeiro (menos 50 milhões gastos) face a 2021. No ano de eleições autárquicas, as câmaras investiram 959 milhões de euros até junho. Em 2020, tinham despendido 638 milhões.

1,79 mil milhões de euros até junho. Ora, se recuarmos dez anos, constata-se que os municípios estão a coletar mais 685 milhões de euros em 2022 do que em 2012, ano em que a receita fiscal no final do primeiro semestre foi de 1,11 mil milhões. No ano seguinte, recuou ligeiramente. Porém, no resto da década, o rendimento dos impostos no primeiro semestre aumentou sempre, exceto no primeiro ano de pandemia, devido a uma forte paralisação da atividade económica.

Ainda assim, na primeira metade de 2020 entraram 1,34 mil milhões de impostos nos cofres camarários, menos 144,6 milhões do que em 2019.

\* COM ERIKA NUNES



Negócios imobiliários impulsionaram a receita das câmaras no primeiro semestre





ENERGY IMAGES / GETTY IMAGES

Segurança Social assumiu neste ano despesas adicionais com pensões

# Estado gastou mais de 10 mil milhões de euros com pensões

Despesa cresce 2,2%. Atualização automática das reformas e aumento do número de beneficiários explicam subida

**Salomé Pinto**  
salome.pinto@dinheirovivo.pt

**CONTAS** A despesa do Estado com pensões de velhice da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações (CGA) subiu 221 milhões de euros, para mais de 10 mil milhões de euros, no primeiro semestre do ano, um agravamento de 2,2% em termos homólogos, de acordo com a síntese da execução orçamental de junho.

Este agravamento reflete, "essencialmente, o encargo associado à atualização ordinária automática [das reformas] e o aumento em 1,1% do número de pensionistas no regime geral", justifica o relatório mensal da Direção-Geral do Orçamento.

Nos primeiros seis meses do ano, a Segurança Social desembolsou 6,094 mil milhões de euros para pagar pensões de velhice, ou seja, mais 167 milhões de euros face ao período homólogo, o que representa um aumento de 2,8%. Com as reformas da Caixa Geral de Aposentações, foram gastos

3,923 mil milhões de euros, ou seja, mais 54 milhões, uma subida de 1,4% face a junho de 2021. Para estes resultados contribuiu, por um lado, a atualização automática das reformas, que, para este ano, implicou um aumento de 1% ou de até 8,9 euros para prestações até 886,4 euros, correspondente a duas vezes o indexante de apoios sociais (IAS); uma subida de 0,49% ou de até 13 euros para valores entre

**GASTOS**

**Cuidador informal**  
Até junho, foram gastos 2,6 milhões de euros em subsídios ao cuidador informal, mais dois milhões do que na primeira metade de 2021, o que corresponde a um aumento de 309,4%.

**Peso do estatuto**  
Para o crescimento da despesa contribuiu a aprovação do estatuto do cuidador informal no início do ano.

886,4 e 2659,2 euros; e uma valorização de 0,24% ou de até 12,7 euros para pensões entre 2659,2 e 5318,4 euros. Reformas acima deste valor não tiveram direito a qualquer aumento.

**MAIS MULHERES**

O maior número de aposentações no regime geral da Segurança Social também explica o crescimento dos encargos com reformas. Em junho, foram processadas 2 069 960 pensões, mais 13 699 face a junho de 2021. Na distribuição por género, as mulheres representam 52,9% do total de pensões de velhice, com 1 095 560 prestações processadas, e os homens correspondem a 47,1%, com 974 400.

Relativamente à atualização extraordinária de 10 euros para pensões até 1108 euros, o equivalente até 2,5 vezes o IAS, esta só começou a ser paga este mês e terá efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2022. A medida vai abranger 1,9 milhões de pensionistas e custará 197 milhões de euros. ●



**Receitas sobem 30%**  
A receita fiscal do Estado aumentou 29,7% até junho, face ao mesmo período do ano passado (5,262 mil milhões de euros acima), totalizando 22,980 mil milhões de euros, segundo a Síntese da Execução Orçamental ontem divulgada. O IRC aumentou 231,1% (2,216 mil milhões), o IVA cresceu 26,9% (2,131 mil milhões) e o IRS subiu 12,3% (614,2 milhões).

**Atraso de pagamentos**  
As entidades públicas tinham pagamentos em atraso no valor de 835,2 milhões de euros no final de junho, um aumento de 2,4 milhões de euros face ao período homólogo e uma subida de 135,6 milhões de euros relativamente ao final do mês anterior.

**Hospitais pesam**  
A evolução dos pagamentos em atraso foi afetada sobretudo pelo aumento registado nos hospitais EPE: esta rubrica representou 7,1 milhões de euros em termos homólogos e 137,6 milhões quanto à comparação mensal.

**Custos da pandemia**  
A resposta à pandemia custou 2,306 mil milhões de euros ao Estado até junho. Destes, 2,013 mil milhões dizem respeito ao aumento da despesa e 292,5 milhões às perdas de receita. A maior fatia de despesa (726,8 milhões) reporta-se a testes covid, aquisição de vacinas e gastos com recursos humanos.

ENTREVISTA

## “Economia tem sinais de retoma, mas não sei se será permanente”



ENERGY IMAGES / GETTY IMAGES

**Paula Franco**  
Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados

A Ordem dos Contabilistas Certificados produz, anualmente, há quase duas décadas, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, onde a execução orçamental é analisada ao pormenor. Os dados disponíveis até junho deste ano permitem antever uma forte recuperação económica, acima da que se registava até ao início da pandemia.

**A receita fiscal do Estado até junho apresenta um crescimento que já ultrapassa o último ano pré-pandemia, em 2019. Era previsível este aumento?**  
O excedente da execução orçamental até junho é o resultado daquilo que já se sentia, que a economia apresenta sinais fortes de retoma. Não sei se é uma retoma permanente ou se vai acabar por transformar-se em recessão, mas isso só o tempo dirá.

**Pelos sinais dessa retoma económica e aumento do consumo privado, parece-lhe que será sólida?**  
Bem, o aumento da receita proveniente do IVA revela crescimento do consumo e que vai além daquilo que seria um aumento da receita do IVA apenas devido à inflação. Não conseguimos sa-

ber até que ponto esse aumento do consumo vai manter-se, mas creio que tão cedo não haverá inversão.

**No caso da receita das autarquias, o grande crescimento é no imposto sobre transmissões. O imobiliário será fonte de receitas por muito mais tempo, numa altura em que as taxas de juro sobem e há falta de imóveis?**

Após estes anos de pandemia, continua a haver vontade de mudar de casa e também há cada vez mais pessoas a vir do estrangeiro a querer comprar em Portugal, pelo que não creio que o imobiliário vá abrandar tão cedo – se é que algum dia o fará. Não sei se algum dia o imobiliário em Portugal vai voltar ao que era, quando esteve em baixa.

**Porque diz isso?**  
O imobiliário nunca chegou a cair verdadeiramente durante a pandemia e continua em alta, mesmo com o possível aumento dos juros. Até é possível que estejam a concretizar-se agora aquisições que foram adiadas devido à pandemia, quer por parte dos particulares, quer das empresas, que mantiveram investimentos em pausa durante algum tempo e, agora, querem recuperar e aproveitar a retoma da economia. ● ERIKA NUNES